

Relatório de Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. I. **Quero-Quero/Verdecard:** administrado pela bandeira Verdecard; e cartão de crédito Rede Vivo, emitido e administrado pela bandeira Sigacred, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 1º de novembro de 2015, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financeira com as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade, vigência até 5 de outubro de 2017 e possibilidades de renovação ao final deste. Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financeira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. II. **Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, a Financeira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do exercício. III. **Gestão de risco operacional:** Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. IV. **Risco de mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. V. **Risco socioambiental:** Em atendimento à Resolução nº 4.327/14 do CMN, a Financeira implementou a Política de Risco Socioambiental (PRSA) em 1º de junho de 2014. VI. **Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 3.988/2011 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. VII. **Ouidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, e estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/10 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouidoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouidoria e as atribuições do Diretor de Ouidoria.

Balancos Patrimoniais em 31/12/2016 e 2015 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxos de Caixa exercícios/semestre findos em 31/12/2016 e 2015 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para exercícios/semestre findos em 31/12/2016 e 2015 (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015	Fluxos de caixa das ativ. operacionais	2º Sem.	2016	2015	Reserva de lucros	Capit. Soc.	Legal	Estatutária	Lucr. acum.	Total
Circulante		166.424	151.433	Circulante		57.581	11.342	Lucro líquido após o I.R. e contrib. social	4.830	8.167	5.646		23.288	1.100	-	-	24.388
Disponibilidades	4	376	401	Recursos aceites e emis. de tit.		47.136	5.673	Ajustes por:									
Títulos e valores mobil. e instrum. financ. derivat.		33.047	37.905	Recursos de aceites cambiais	7	47.136	5.673	Const. provis. p/ oper. créd. liq. duvid.	16.128	31.674	35.926	Destinação dos lucros:					
Carteira própria	4	33.047	37.905	Outras obrigações		10.445	5.669	Depreciações e amortiz.	216	402	315	Reserva legal	-	283	-	(283)	-
Operações de crédito		125.744	108.127	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados		130	161	Provisão para imposto de renda e contrib. social	2.800	4.665	2.826	Reserva estatutária	-	-	2.291	(2.291)	-
Setor privado	5a	134.193	116.095	Sociais e estatutárias		2.673	-	Variações nos ativos e passivos				Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(768)	-
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(8.449)	(7.968)	Fiscais e previdenciárias		1.261	951	(Aumento) em operações de crédito	(22.494)	(50.235)	(17.293)	Divid. e juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.304)	(2.304)
Outros créditos		7.257	5.000	Outras obrigações - diversas	8	6.381	4.557	(Aumento/redução em outros créditos)	(640)	(406)	580	Saldos em 31/12/2015	23.288	1.383	2.291	2.291	26.962
Outros créditos diversos	6	7.257	5.000	Exigível a longo prazo		88.019	127.043	(Aumento em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos)	11.199	2.439	14.441	Mutações do exercício	-	-	-	2.291	-
Realizável a longo prazo		13.224	13.151	Recursos aceites e emis. de tit.		88.019	127.043	(Aumento/redução) em outras obrigações	951	2.032	(582)	Saldos em 31/12/2015	23.288	1.383	2.291	2.291	26.962
Operações de crédito		12.604	11.660	Patrimônio líquido		34.965	26.962	Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.984)	(46.170)	(2.854)	AGO de 5 de janeiro de 2016	10.000	-	-	-	10.000
Setor privado	5a	33.011	35.410	Capital		33.288	23.288	Caixa liq. prov. das (utiliz. nas) ativ. operac.	(3.677)	(5.762)	(4.321)	Destinação dos lucros:					
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(20.407)	(23.750)	De domiciliados no país		1.677	3.674	Fluxo de caixa das ativ. de investimento	9.313	(7.024)	37.538	Reserva legal	-	294	-	(294)	-
Outros créditos		620	1.491	Reservas de lucros		-	-	Aquisição de imobilizado	(378)	(556)	(330)	Dividendos distribuídos	-	-	(2.291)	(5.601)	(7.892)
Outros créditos diversos	6	620	1.491	Total do passivo e patrim. líquido		180.565	165.347	Caixa líquido prov. das ativ. de investim.	(378)	(556)	(330)	Juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.272)	(7.992)
Permanente		917	763					Fluxo de caixa das atividades de financ.				Saldos em 31/12/2016	33.288	1.677	2.291	2.291	34.965
Imobilizado de uso		878	490					Integralização de capital	-	10.000	-	Mutações do exercício	10.000	294	(2.291)	-	8.003
Imobilizado de uso		1.437	881					Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(3.806)	(7.303)	(4.521)	Saldos em 30/06/2016	33.288	1.498	-	-	34.786
Depreciações acumuladas		(559)	(391)					Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.	(3.806)	2.697	(4.521)	Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.830	4.830
Intangível		39	273					Variável líquida de caixa e equiv. de caixa	5.129	(4.883)	32.687	Destinação dos lucros:					
Intangível		1.170	1.170					Caixa e equivalentes de caixa				Reserva legal	-	179	-	(179)	-
Amortizações acumuladas		(1.131)	(897)					No início do período	28.294	38.306	5.619	Dividendos distribuídos	-	-	-	(3.403)	(3.403)
Total do ativo		180.565	165.347					No fim do período	33.423	33.423	38.306	Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.248)	(1.248)
								(Red.)/aum. de caixa e equivalentes de caixa	5.129	(4.883)	32.687	Saldos em 31/12/2016	33.288	1.677	-	-	34.965
												Mutações do semestre	-	179	-	-	179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1) Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Financeira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2017 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financeira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilidade e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras, as quais representam, aproximadamente, 33,0% (27,6% em 2015) das operações de crédito da Financeira em 31 de dezembro de 2016. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 24 de março de 2017, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. **3) Descrição das principais práticas contábeis:** a. **Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. **Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por contas-correntes. c. **Apuração de resultados:** As receitas e as despesas são escrituradas pelo regime de competência. d. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) Títulos disponíveis para a venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e. **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f. **Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. g. **Permanente:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. h. **Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. i. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir.

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia-mento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Total	2016	2015	
Nível antecipação de receb.						
A	52.670	55.409	389	108.468	0,5%	542
B	5.068	3.070	589	8.727	1,0%	87
C	4.837	1.078	416	6.331	3,0%	190
D	6.234	905	391	7.530	10%	753
E	6.016	768	383	7.167	30%	2.150
F	4.105	710	369	5.184	50%	2.952
G	3.260	596	329	4.185	70%	2.930
H	14.056	3.488	2.068	19.612	100%	19.612
Total	96.246	66.024	4.934	167.204		151.505

Operações de crédito em 2016

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia-mento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Total	2016	2015	
Nível antecipação de receb.						
A	43.436	47.705	395	91.536	0,5%	458
B	4.456	3.057	689	8.202	1,0%	82
C	5.146	1.019	393	6.558	3,0%	197
D	5.349	764	140	6.253	10%	625
E	5.769	792	173	6.734	30%	2.020
F	4.151	757	183	5.091	50%	2.545
G	3.526	752	190	4.468	70%	3.128
H	14.414	6.159	2.090	22.663	100%	22.663
Total	86.247	61.005	4.252	153.505		31.718

Operações de crédito em 2015

Emprest. e antecip. de recebíveis	Financia-mento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito	Total	2016	2015	
Nível antecipação de receb.						
A	43.436	47.705	395	91.536	0,5%	458
B	4.456	3.057	689	8.202	1,0%	82
C	5.146	1.019	393	6.558	3,0%	197
D	5.349	764	140	6.253	10%	625
E	5.769	792	173	6.734	30%	2.020
F	4.151	757	183	5.091	50%	2.545
G	3.526	752	190	4.468	70%	3.128
H	14.414	6.159	2.090	22.663	100%	22.663
Total	86.247	61.005	4.252	153.505		31.718

Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R\$ 27.602 (R\$ 21.969 em 2015), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 34.536 (R\$ 28.725 em 2015) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo (incluindo IOF sobre a operação) foram de R\$ 6.123 (R\$ 5.170 em 2015).

d) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo inicial	31.718	24.517
Constituição/reversão de prov. para créditos liquidação duvidosa	31.674	35.926
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(34.536)	(28.725)
Saldo final	28.856	31.718

(a) Os créditos baixados contra prejuízos obedecem às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.d.

e) Outros créditos - diversos:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	36	22
Valores a rec. de sociedades ligadas (nota 15a)	362	191
Créditos tributários de impostos e contrib. (a)	6.885	5.906
Devedores por depósitos em garantia (b)	-	41
Devedores diversos - país (c)	591	331
Despesas antecipadas com seguros	3	3
Total	7.877	6.491

(a) Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. De acordo com a legislação vigente, foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 10.b. (b) O valor de devedores por depósitos em garantia refere-se a depósitos judiciais por interposição de recursos por exigências legais. (c) O valor de devedores diversos país refere-se a créditos a receber em D+2 das parceiras conveniadas e Seguro de Proteção Financeira a receber da Icatu Seguros S.A. **7) Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos:** Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 105% a 115% do Depósito

8) Outras obrigações - Diversas:

	2016	2015
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	2.412	1.761
Credores diversos - país (b)	3.458	2.483
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	511	313
Total	6.381	4.557

(a) Referem-se a despesas administrativas a pagar (Nota Explicativa nº 15c) e valores a repassar com a sociedade ligada Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. e Lojas Quero-Quero S.A. (b) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas e contas a pagar decorrentes de resultados de parceria a pagar e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parceiras. O principal saldo no montante de R\$ 2.098 (R\$ 1.749 em 2015), refere-se à parcela de seguro de proteção financeira a ser repassada para a Icatu Seguros S.A. (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica. **9) Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 100.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País. Os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de janeiro

	2016	2015
Saldo inicial crédito tributário diferido	5.906	4.542
Movimentação:		
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício		
- Imposto de renda	544	442
- Contribuição social	435	922
Saldo final crédito tributário diferido	6.885	5.906
% sobre o patrimônio líquido	19,69	21,90
Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores Período	2016	2015
contábeis dos ativos forem	2016	2015
recuperados ou liquidados, 2017	6.268	1.446
cujas expectativas é conforme 2018	617	4
demonstrado abaixo:	Saldo final crédito trib. diferido	6.885
Valor presente dos créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do art. 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 16,26% a.a., está representado por R\$ 3.711 (R\$ 3.150 em 2015) referentes ao imposto de renda e R\$ 2.969 (R\$ 2.520 em 2015) referentes à contribuição social.		

	2016	2015
11) Receita de operações de crédito:		
	2º Semestre	Exerc.
Receita com juros contratuais	59.835	111.738
Receita com juros de mora e multa	10.457	19.832
Desc. de juros contratuais, juro de mora e multa	(13.208)	(23.161)
Receita com recuperação de crédito (a)	3.518	6.076
Total	60.602	114.485

(a) Valor está apresentado líquido de IOF retido sobre a recuperação.
12) Receita de prestação de serviços: Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo:

	2016	2015
	2º Semestre	Exerc.
Receita com comissões sobre vendas de seguros	1.203	2.364
Tarifa de antecip. de recebíveis e de cobrança	220	446
Receita de serviços prioritários	1.837	3.083
Total	3.260	6.483

(a) Refere-se à tarifa sobre serviços de confecção de cadastro e tarifas aplicáveis aos cartões.
13) Outras despesas administrativas:

	2016	2015
	2º Semestre	Exerc.
Despesas de serviços de terceiros (a)	22.289	41.956
Despesas com serviços técnicos especializados	1.246	2.790
Despesas com processamento de dados	1.271	2.456
Despesas com viagens	470	874
Despesas com propaganda e publicidade	337	610
Despesas de comunicações	173	304
Outras despesas	1.028	1.845
Total	26.814	50.835

(a) Em 31 de dezembro de 2016, do montante de R\$ 41.956 (R\$ 35.082 em 2015) da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 36.148 (R\$ 32.106 em 2015) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15.c.

	2016	2015
14) Despesas tributárias:		
	2º Semestre	Exerc.
Programa de integração social (PIS)	342	648
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	2.105	3.986
Imposto sobre serviços (ISS)	65	129
Total	2.512	4.763

15) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes:

	2016					
	Lojas Quero S/A	Verde Cartões S/A	Adm. Sentinelas Coxilhas S/A	Via Certa Participações S/A	Pessoas Físicas	Total
Ativo						
Valores a receb. (a)	46	316	-	-	-	362
Operações de Crédito	-	-	-	-	7	7
(Passivo)						
Rec. aceites camb. (b)	-	-	(6.173)	(2.964)	(101.030)	(110.167)
Desp. adm. pagar (c)	(1.929)	(483)	-	-	-	(2.412)
Resultado						
Rec. aceites camb. (b)	-	-	(364)	(312)	(15.660)	(16.336)
Rec. de seg. prot. financ.	529	-	-	-	-	529
Despesas adm. (c)	(31.576)	(4.572)	-	-	-	(36.148)
Rec. oper. de crédito	-	-	-	-	5	5
	Luar Partic. Invest. e Serv S/A	Hammer-schmitt & Cia. Ltda	Scholze Participações S/A	Scholze Incorp. & Empr. Ltda	Hammer Partic. S/A	Total
(Passivo)						
Rec. de aceites camb.(b)	(3.133)	(11)	(220)	(8.195)	(5.861)	(17.420)
Resultado						
Rec. de aceites camb.(b)	(440)	(1)	(59)	(1.108)	(443)	(2.051)
(Passivo)						
Rec. de aceites camb.(b)	-	-	-	-	-	-
Resultado						
Rec. de aceites camb.(b)	-	-	-	-	-	-

	2015					
	Lojas Quero S/A	Verde Cartões S/A	Adm. Sentinelas Coxilhas S/A	Via Certa Participações S/A	Pessoas Físicas	Total
Ativo						
Valores a receb. (a)	54	137	-	-	-	191
Operações de crédito	-	-	-	-	14	14

	2015					
	Lojas Quero S/A	Verde Cartões S/A	Adm. Sentinelas Coxilhas S/A	Via Certa Participações S/A	Pessoas Físicas	Total
(Passivo)						
Rec. aceites camb. (b)	(1.409)	(352)	(1.976)	(11.869)	(111.280)	(125.125)
Desp. adm. pagar (c)	-	-	-	-	-	(1.761)
Resultado						
Rec. de aceites camb. (b)	-	-	-	(176)	(349)	(17.032)
Rec. de seg. prot. financ.	351	-	-	-	-	351
Despesas adm. (c)	(28.490)	(3.616)	-	-	-	(32.106)
Rec. de oper. de cré.	263	-	-	-	4	267
	Luar Partic. Invest. e Serv S/A	AAA Partic. Invest. e Serv S/A	Scholze Participações S/A	Scholze Incorp. & Empr. Ltda	Metallurgica Hammer Ltda.	Total
(Passivo)						
Rec. de aceites camb.(b)	(2.777)	-	(404)	-	-	(3.644)
Resultado						
Rec. de aceites camb.(b)	(394)	(17)	(99)	(43)	(1)	(554)

(a) Valores a receber referentes a liquidações de operações de crédito do último dia do exercício a ser repassadas em D+1 e Seguros de Proteção Financeira. (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2016 e 2015. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A., oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2017, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira. **Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

	2016	2015
Remuneração	372	686
Encargos sociais	84	154
Total	456	840

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau. **16) Contingências:** O valor das contingências possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 444, referente a 80 processos cíveis e tributários (R\$ 490 em 2015, referente a 83 processos cíveis e tributários). **17) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: **a. Gestão de risco operacional:** em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos seus riscos. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira. **b. Risco de mercado:** em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **c. Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira,

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Conselheiros da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (Financeira), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa patrimonial e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são

obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma relevância razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burras, os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 24 de março de 2017

	2016	2015
Patrimônio líquido	34.965	26.962
A - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais	34.965	26.962
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWAcpad)	14.924	14.924
2 - Risco de mercado (RWAmpad)	-	-
3 - Risco operacional (RWAopad)	13.048	12.299
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3)	27.972	24.756
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operac. sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação	346	407
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")	6.647	1.799
F - Adicional de Capital Principal	1.770	-
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"- "F")	4.877	-
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBA	28.318	25.163
I - Total das exposições ponderadas pelo risco	28.318	25.163
J - Capacidade de alavancagem: ("E"/"I")*80,975	67.316	16.354
L - Índice de Basileia: ("B"/("C"/0,11))*100	12,34	11,98
M - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"+"D")/8,875))*100		

b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2016, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

	Exigência (Exigência/Limite)	Situação	Margem
Limites regulamentados			
31/12/2016			
Compatibilização do Patrimônio de Referência com o Patrimônio de Referência Exigido	28.318	34.965	123,47%
Imobilização	17.483	917	5,25%
31/12/2015			
Compatibilização do PR com PRE	25.163	26.962	107,15%
Imobilização	13.481	763	5,66%

Wilmir Hammerschmitt - Presidente; **Moacir Carlos Engelmann** - Diretor de Operações; **Fábio Von Groll** - Diretor Adm. e Financeiro; **Ademir Rogerio Diel** - Diretor de Negócios; **André José Diel** - Contador CRC/RS 062617.

obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma relevância razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burras, os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 24 de março de 2017